



**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE
GEOGRAFIA PERANTE A BASE
NACIONAL COMUM CURRICULAR NO
BRASIL: UM OLHAR PARA A
GEOMORFOLOGIA**

Monaliza Cristina Galdino Pessoa  

Graduada em Geografia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte,
Campus Pau dos Ferros
Contato: monalizacristina00@gmail.com

Andreza Tacyana Félix Carvalho  

Doutora em Engenharia Civil, Professora da Universidade do Estado do
Rio Grande do Norte, Campus Pau dos Ferros
Contato: andrezaafelix@uern.br

Jacimária Fonseca de Medeiros  

Doutora em Geografia, Professora da Universidade do Estado do Rio
Grande do Norte, Campus Pau dos Ferros
Contato: jacimariamedeiros@uern.br

Larissa Silva Queiroz  

Doutoranda em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Campus Central
Contato: lariqueiroz98@gmail.com

Como citar: CARVALHO, A. T. F.; PESSOA, M. C. G.;
MEDEIROS, J. F.; QUEIROZ, L. S. A formação de
professores de geografia perante a Base Nacional Comum
Curricular no Brasil: um olhar para a geomorfologia.
Revista Formação (Online), v. 29, n. 54, p. 427-443,
2022.

Revista Formação (Online) ISSN: 2178-7298. E-ISSN: 1517-543X

Recebido: 07/10/2021

Aceito: 24/08/2022

Data de publicação: 20/12/2022

Resumo

O ensino da Geomorfologia está subordinado ao esclarecimento da formação e dinâmica do relevo na totalidade da paisagem, trazendo arcabouço para compreensão sistêmica da relação sociedade e natureza. No contexto da formação de professores de Geografia, compreende-se que é indispensável pensar na Geomorfologia acadêmica que possa contribuir para o ensino da Geografia escolar respeitando as novas demandas da Educação básica. Neste sentido, este trabalho descritivo e interpretativo, tem como objetivo apresentar uma discussão sobre a relevância da Geomorfologia na formação de professores de Geografia perante a Base Nacional Comum Curricular – BNCC no Brasil. Com isso, fundamentado a partir de levantamento bibliográfico e documental, aponta-se que de acordo com a BNCC, o estudo do relevo está diretamente relacionado a objetos do conhecimento colocados no 3º, 4º, 6º, 8º e 9º do Ensino fundamental e no Ensino médio, subordinado a duas competências específicas. Essa demanda permite dizer que, a Geografia deve se configurar na educação escolar de modo que, os alunos entendam o seu sentido no seu cotidiano, a saber, o entendimento do relevo e da relação do homem para e com este, possibilitando a compreensão das paisagens, exigindo então, que a Geomorfologia acadêmica esteja pautada em fundamentos teórico-metodológicos de base socioconstrutivistas, focada na formação cidadã.

Palavras-chave: Geomorfologia. Licenciatura em Geografia. Geografia escolar. Formação cidadã.

GEOGRAPHY TEACHER TRAINING ON THE COMMON NATIONAL CURRICULAR BASE IN BRAZIL: A GLANCE AT GEOMORPHOLOGY

Abstract

Geomorphology teaching is subject to the clarification of land-cover formation and dynamics in the landscape as a whole, bringing framework to a systemic understanding of the society-nature relationship. In the context of training Geography teachers, it is understood that it is indispensable to think about academic Geomorphology which may contribute to the teaching of Geography in schools whilst respecting the new demands of basic education. In this sense, this descriptive and interpretative work aims to hold a discussion on the relevance of Geomorphology in the training of Geography teachers on the Common National Curricular Base - BNCC in Brazil. Hence, based on a bibliographical and documental survey, it is noted that according to the BNCC, landform studies are directly related to the objects of knowledge assigned in the 3rd, 4th, 6th, 8th and 9th grades of primary and secondary education subject to two specific competences. This demand allows one to say that Geography should be set up in school education in a way that leads students to understand its meaning in their everyday lives, namely, understanding the relief and the relationship of humans towards it, offering an understanding of landscapes, requiring therefore, that academic Geomorphology is socio-constructivist theoretical and methodological foundations based focusing on citizen education.

Keywords: Geomorphology. Degree in Geography. School geography. Citizen training.

LA FORMACIÓN DE PROFESORES DE GEOGRAFÍA ANTE LA BASE DEL CURRÍCULO NACIONAL COMÚN EN BRASIL: UNA MIRADA A LA GEOMORFOLOGÍA

Resumen

La enseñanza de la Geomorfología está subordinada a la explicación de la formación y dinámica del relieve del paisaje en su conjunto, proporcionando un marco para una comprensión sistémica de la relación entre sociedad y naturaleza. En el contexto de la formación del profesorado de Geografía, se entiende que es fundamental pensar una Geomorfología académica que pueda contribuir a la enseñanza de la Geografía escolar respetando las nuevas exigencias de la Educación Básica. En ese sentido, este trabajo descriptivo e interpretativo tiene como objetivo presentar una discusión sobre la relevancia de la Geomorfología en la formación de profesores de Geografía ante la Base Nacional Común Curricular - BNCC en Brasil. Con ello, a partir de un levantamiento bibliográfico y documental, se apunta que, según la BNCC, el estudio del relieve está directamente relacionado con los objetos de conocimiento ubicados en los 3º, 4º, 6º, 8º y 9º grados de enseñanza primaria y secundaria, sujeta a dos competencias específicas. Esta demanda nos permite afirmar que la Geografía debe configurarse en la educación escolar para que los estudiantes comprendan su significado en su vida cotidiana, es decir, la comprensión del relieve y la relación del hombre con él y para él, posibilitando la comprensión de los paisajes, exigiendo que la

Geomorfología académica se oriente sobre fundamentos teórico-metodológicos socioconstructivistas, enfocada a la formación ciudadana.

Palabras clave: Geomorfología. Licenciatura en Geografía. Geografía escolar. Educación ciudadana.

INTRODUÇÃO

O estudo das formas de relevo tem papel fundamental para a compreensão do mundo, da vida e do cotidiano em que se está inserido. Seu entendimento é parte chave para o desenvolvimento do raciocínio geográfico, sendo possível, articular diversos tipos de conhecimentos, bem como analisar criticamente a realidade, tendo em vista a capacidade de sintetizar da paisagem que o relevo apresenta, sendo em várias pesquisas atuais, utilizado como elemento metodológico de compartimentação ambiental.

Sobre isso, Pedrosa (2014) diz que, sempre que se pretenda efetuar uma completa explicação de qualquer forma da Terra, há que se fazer uma descrição da sua figura geométrica, compreendendo os processos envolvidos na sua gênese, bem como no seu desenvolvimento através do tempo. Assim, explicar as formas da superfície terrestre sempre foi uma grande curiosidade da humanidade e, desde as primeiras civilizações, já se buscava a interpretação destas (CHRISTOFOLETTI, 1980).

Desse modo, conforme defende Suertegaray (2018), para fins de análise, estudar a Geomorfologia traz nesse momento, a articulação além da dicotomia da Geografia, mas também, da interdisciplinaridade, na interação com outras ciências. Conforme Florenzano (2008), a análise do relevo não é apenas importante para a Geomorfologia, mas também para as demais ciências que estudam os componentes da terra, como: solo, água, clima, vegetação, uso e ocupação do solo e preservação do meio ambiente.

A isto atenta-se que, “[...] estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta [...]” (BRASIL, 2018, p. 360), fazendo da observação e leitura da paisagem, formas metodológicas relevantes para a construção do sentido geográfico do aluno.

Diante desse contexto, indica-se que a Geomorfologia tem grande importância para o ensino da Geografia na escola pois, conforme cita Pedrosa (2014), os processos físicos são, em parte, responsáveis pela dinâmica do espaço, razão por si só, suficiente para que a Geografia não os possa ignorar. Contudo, Oliveira e Nunes (2011) citam que o ensino de Geomorfologia é uma área de aprendizagem pouco estudada, que se faz necessário conhecer como seus

conteúdos são trabalhados para que esses conhecimentos sejam assimilados e aperfeiçoados pelos discentes, para assim fluir-se no exercício de sua profissão.

Partindo disso, é indispensável pensar no ensino da Geomorfologia que contribua para a formação do professor de Geografia em alinhamento com as atuais exigências curriculares da Educação Básica. Como citam Oliveira e Nunes (2011) e Cabral e Pereira (2016), estudar a Geomorfologia na Ciência Geográfica, indica explanar a importância desse diálogo para o processo de ensino aprendizagem dos futuros professores pesquisadores, uma vez que, o relevo é elemento integrador da paisagem e modelador de processos e formas existentes no planeta Terra. Além disso, os autores ressaltam a importância de na escola com a complexidade dos ambientes naturais e as alterações causada pelo o homem ao meio.

Desse modo, este estudo tem como objetivo apresentar uma discussão sobre a Geomorfologia na formação de professores de Geografia perante a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil (BRASIL, 2018). Para isso, traz reflexões sobre como Geomorfologia está presente na formação inicial das licenciaturas em Geografia, como ela é deve ser abordada na Educação básica a partir da observação da BNCC e, como esse documento pode refletir na composição e organização da formação curricular dos cursos de Licenciatura.

Salienta-se que o momento atual se caracteriza como um novo contexto marcado por reformulações curriculares escolares e acadêmicas dos cursos de licenciatura, derivadas das alterações nas organizações sociais. De fato, como Ascensão e Valadão (2013) já apontavam, perante as novas finalidades postas à Educação básica, a Geografia escolar passou a demandar por leituras que colocaram em diálogo possibilidades diversas de fazer constituir espacialidades.

Segundo a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, a BNCC enquanto documento norteador de referência nacional para a construção e revisão dos currículos escolares da Educação básica, estabelece um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais, e orienta sua implementação pelos sistemas de ensino das diferentes instâncias federativas, bem como pelas instituições ou redes escolares. À vista disso, denota-se que a reformulação dos currículos escolares aproxima a necessidade e pujança de observar, refletir e questionar os impactos gerados nos componentes curriculares acadêmicos pois, como defende Guimarães (2018), a BNCC está no bojo de uma reforma educacional que propõe mudanças na atuação dos professores, modo de pensar e de ensinar, além do modo de entender a educação e o papel da escola.

Para isso, esse trabalho de cunho descritivo e interpretativo, realizou-se a partir de um levantamento bibliográfico com autores que abordam a temática aqui tratada, tais como,

Bertolini e Valadão (2009), Ascensão e Valadão (2013), Morais (2013), Souza e Valadão (2015), Ascensão e Valadão (2016), Calai (1998, 2017) e Souza (2018). Além disso, foi feita a interpretação da Base Nacional Comum Curricular (2018) no que diz respeito aos conteúdos geomorfológicos, utilizando-se da abordagem qualitativa como norteadora das discussões.

Assim, com apontamentos iniciantes aos percursos didáticos-metodológicos para o ensino da Geomorfologia nos cursos de licenciatura em Geografia, o texto apresenta-se organizado em quatro etapas. A primeira, dedica-se a apresentar o contexto histórico e a aplicação da Geomorfologia na formação docente, em seguida, traz uma breve explanação sobre a relação dos conteúdos de Geomorfologia e os objetivos da BNCC, para na terceira parte, discutir sobre as novas demandas de configuração da Geomorfologia acadêmica frente às definições da BNCC, de modo que, em suas considerações finais, aborde os desafios encontrados perante este novo panorama educacional destacando a sua importância no ensino escolar para formação cidadã.

A GEOMORFOLOGIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO E APLICAÇÃO

No Brasil, os avanços acadêmicos da Geografia institucionalizada se desenvolveram inicialmente, a partir de 1934 na Universidade de São Paulo (USP), e em 1935, na Universidade do Rio de Janeiro, a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contudo, apenas a partir de 1950, a Geografia no Brasil se construiu de maneira concreta, quando a Geografia Clássica atingiu seu marco e iniciou sua fase de decadência (MOREIRA, 2009). Foi a partir do surgimento do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que o então, Ministro da Educação, Francisco Campos, aperfeiçoou a Educação Brasileira com a implantação do sistema universitário.

A partir desse Decreto foram desenvolvidas as Faculdades de Educação, Ciências, e Letras, possibilitando uma abertura do quadro universitário que passou a agregar e disseminar cursos, inclusive o de Geografia (ROCHA, 2000). Segundo o autor, a maior difusão de cursos de formação de professores de Geografia ocorreu a partir da década de 1950 e, mesmo através de universidades públicas e instituições de ensino privadas, novas turmas ingressavam e qualificavam profissionais para atuar com a docência nos diferentes níveis de ensino.

Nesse processo, a Geomorfologia caracterizada como o estudo racional e sistemático das formas de relevo, baseando-se em leis que determinaram a gênese e evolução (GUERRA, 1993), se expandiu dentro da Ciência Geográfica sobre o ensino do relevo enquanto paisagem

geomorfológica, sendo organizado sem uma linha conectiva com os conhecimentos escolares e acadêmicos. Na Geografia acadêmica, o estudo do relevo vem se apresentando através do ensino da Geomorfologia de forma sistematizada, paralela e complementar a diversos componentes curriculares, em decorrência da organização curricular.

Com isso, pode-se dizer que o relevo enquanto um aspecto da natureza, constituinte do espaço físico, exerce grande fascínio sobre os olhares atentos à paisagem. Seu significado ultrapassa a beleza, a imponência ou a monotonia de suas formas e diz muito sobre as influências que o espaço físico exerce nas relações do homem com a natureza (BERTOLINI; VALADÃO, 2009). De acordo com os autores mencionados, o relevo, que é parte integrante dos estudos contidos na Geografia, não está apenas associado à compreensão e denominação dos modelados existentes, mas também está no reconhecimento de como tais elementos influenciam na organização socioespacial.

“Genericamente, pode-se afirmar que os cursos de graduação não atuam para ensinar aos futuros geógrafos a interpretação de espacialidades. Ensinam-se conhecimentos referentes aos componentes espaciais” (ASCENÇÃO; VALADÃO, 2013, p. 50). Compreende-se que essa organização tem como finalidade favorecer o desenvolvimento educacional para a construção de uma compreensão específica sobre cada matéria, contribuindo para a construção da visão sistêmica que o profissional deve ter.

Diante desse contexto, Afonso *et al.* (2014) citam que a Geografia possui diversas especialidades acadêmicas que orientam a variação de olhares de diversos pesquisadores, através da espacialidade de cada fenômeno estudado. Dito isso, o estudo do relevo no ensino de Geomorfologia possui a função pedagógica de demonstrar a totalidade do conhecimento no processo de formação do acadêmico ou do futuro professor-pesquisador (OLIVEIRA; NUNES, 2011).

Por conseguinte, o estudo do relevo nos cursos de licenciatura em Geografia vai além de se compreender a natureza da origem do modelado da Terra, mas também, apreender o significado do relevo no contexto ideológico e sua aplicabilidade frente às questões ambientais atuais. Perante isso,

(...) verificam-se conteúdos e abordagens distintos, cujas finalidades podem ser para a formação profissional, para a pesquisa, para a aplicação e/ou para o ensino na Educação Básica ou no ensino superior. Esse fato leva a pensar na diversidade e nas possibilidades de assuntos e conteúdos apresentados na formação acadêmica como disciplinas, no âmbito do conhecimento geomorfológico e suas aplicações (SOUZA, 2018, p. 295).

Baseando-se em Caseti (1994), pode-se dizer que nesse processo de formação de professores, o estudo do relevo evidencia, por significados ideológicos, dois aspectos principais: a) o papel histórico do relevo no processo de ocupação e a utilização desse conhecimento para a sociedade; b) a sua aplicação estratégica seja para o controle político-ideológico (como através das guerras) ou como fragmentação das relações entre a sociedade e a natureza, mostrando a separação do relevo no contexto das origens dos problemas ambientais.

Sabendo disso, reforça-se que os conhecimentos sobre o relevo não eximem outros tipos de conhecimento, a exemplo da botânica, geologia, pedologia e pela física (BERTOLINI; VALADÃO, 2009), pois, “conhecer o funcionamento da natureza de modo integrador significa conhecer a nós mesmos em nossa multiplicidade, é entender que estamos, simultaneamente, dentro e fora da natureza” (MORIN, 2001, p. 48).

Como defendem Souza e Valadão (2015), faz-se necessário alertar para a importância da compreensão de conteúdo, em especial, quando se fala em Geomorfologia, pois é preciso se atentar a interpretação do relevo, aos conhecimentos ligados à natureza, bem como tipologias e nomenclaturas, que permitem uma melhor compreensão teórica e metodológica do relevo. Desse modo, nos cursos de licenciatura em Geografia, “apoiada na categoria paisagem, a Geomorfologia, tem avançado no sentido de apreender além do aparente, concebendo o visível e abstraindo os processos e fenômenos que revela as explicações da realidade” (OLIVEIRA; NUNES, 2011, p. 5).

Com base nas discussões até aqui postas, indica-se que a Geomorfologia se apresenta nos cursos de licenciatura em Geografia como peça-chave para compreensão da dinâmica e evolução da paisagem geográfica. Seu principal elemento de estudo, traz em sua constituição a inerência do entendimento de sua dinâmica, as suas influências e resultados na composição do real. É, por exemplo, através do seu caráter integrador da observação da paisagem geomorfológica que o licenciado em Geografia terá suporte para no desenvolvimento de seu ofício, identificar, apresentar e discutir alterações ambientais em conformidade com as leis que regem a Geomorfologia.

A RELAÇÃO ENTRE A GEOMORFOLOGIA E A BNCC DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Considerando os diversos elementos geomorfológicos e suas importantes contribuições para a compreensão do espaço geográfico discutidos acima, pode-se entender que os objetos do conhecimento relacionados ao estudo das formas de relevo na Educação Básica não podem ser abordados de forma isolada e naturalizado, devendo acontecer de forma integrada e

interdisciplinar, sem direcionamento central aos elementos geomorfológicos. Isso se deve ao fato que, nessa lógica, pode-se “comparar eventos ocorridos simultaneamente no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados” (BRASIL, 2018, p. 357).

Segundo Ascensão e Valadão (2017), a apropriação de um dado conhecimento na educação básica exige a interposição da abordagem desse conhecimento na formação de professores e, da incorporação de um conhecimento como conteúdo da aprendizagem dos educandos no referido nível de ensino. No contexto atual, a BNCC destaca que a principal contribuição da Geografia na Educação Básica deve:

(...) desenvolver o pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza. Para tanto, é necessário assegurar a apropriação de conceitos para o domínio do conhecimento fatural (com destaque para os acontecimentos que podem ser observados e localizados no tempo e no espaço) e para o exercício da cidadania. (BRASIL, 2018, p. 360)

Perante esse contexto, conforme Callai (2017), a Geografia abordada na BNCC tem como propósito principal, ler espacialmente a realidade e a intenção de que os alunos entendam o espaço em que vivem através da situação geográfica. Nessa concepção, a Geografia no Ensino Fundamental está vinculada à Área das Ciências Humanas e no Ensino Médio, à Área das Ciências Humana e Sociais aplicadas. Sendo que, a Geografia no Ensino Fundamental é disposta de forma disciplinar tendo competências, habilidades e objetos do conhecimento particulares, sempre ressaltando a necessidade de se estabelecer a ligação entre conhecimentos de diferentes áreas.

Já no Ensino Médio, a Geografia indicada pela BNCC vem parcialmente integrada na Área das Ciências Humanas e Sociais, junto à Filosofia, História e Sociologia, tendo como foco o desenvolvimento da capacidade de estabelecer diálogos – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas –, elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade (BRASIL, 2018). Salienta-se que em ambos os casos, objetivam a promoção do desenvolvimento de pensamento crítico e social por parte do aluno ao longo da vida escolar.

Ao analisar o estudo das formas de relevo posto no Ensino Fundamental, observa-se uma abordagem mais direta e efetiva no 6º ano, através da relação entre os componentes físico-naturais, a transformação das paisagens naturais e antrópicas, bem como os fenômenos naturais e o ciclo hidrológico (Quadro 01). É notório ainda, a presença do estudo das formas de relevo associado aos elementos naturais, solo, água e rochas.

Com relação à inserção desse conteúdo dentro das unidades temáticas, a BNCC indica diretamente a articulação de objetivos aos elementos geomorfológicos nesta série, especialmente na unidade temática “Conexões e escalas”, que tem nos objetivos, a relação entre os componentes físicos-naturais do espaço geográfico. Destaca-se que, apesar dos assuntos relacionados ao relevo estarem diluídos dentre os objetos do conhecimento da BNCC na Geografia dos anos finais do Ensino Fundamental, julga-se que estes quando abordados nas séries posteriores ao 6º ano, são postos de maneira pontual, se aproximando até mesmo, a superficialidade. Como exemplo, elucida-se que no 8º ano, os objetos do conhecimento da BNCC incentivam a interpretação das paisagens. No Quadro 1, apresenta-se um apanhado dos objetos do conhecimento da Geografia do Ensino fundamental que estão relacionados aos estudos geomorfológicos, considerando inclusive, suas respectivas habilidades.

Quadro 1 - Objetos do conhecimento relacionados com à Geomorfologia no Ensino Fundamental

	Ano	Objetos do conhecimento	Habilidades
Anos iniciais	3º	Paisagens naturais e antrópicas em transformação	Explicar como os processos naturais e históricos atuam na produção e na mudança das paisagens naturais e antrópicas nos seus lugares de vivência, comparando-os a outros lugares.
	4º	Conservação e degradação da natureza	Identificar as características das paisagens naturais e antrópicas (relevo, cobertura vegetal, rios etc.) no ambiente em que vive, bem como a ação humana na conservação ou degradação dessas áreas.
Anos finais	6º	Relações entre os componentes físico-naturais.	Descrever os movimentos do planeta e sua relação com a circulação geral da atmosfera, o tempo atmosférico e os padrões climáticos. Descrever o ciclo da água, comparando o escoamento superficial no ambiente urbano e rural, reconhecendo os principais componentes da morfologia das bacias e das redes hidrográficas e a sua localização no modelado da superfície terrestre e da cobertura vegetal. Relacionar padrões climáticos, tipos de solo, relevo e formações vegetais.
	8º	Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na América Latina	Identificar paisagens da América Latina e associá-las, por meio da cartografia, aos diferentes povos da região, com base em aspectos da geomorfologia, da biogeografia e da climatologia.
	9º	Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na Europa, na Ásia e na Oceania	Identificar e comparar diferentes domínios morfoclimáticos da Europa, da Ásia e da Oceania.

Fonte: Organizado pelas autoras (2022), a partir de BRASIL (2018).

A partir do Quadro 1, nota-se que os conteúdos geomorfológicos vêm diluídos nas habilidades, dentro das unidades temáticas e objetos do conhecimento, se integrando às demais

temáticas geográficas, a exemplo da cartografia e clima. Sobre isso, Cunha (2018) tece críticas em relação à generalização das colocações, o que indica que o operador do documento decidirá o conjunto de conteúdos para trabalhar com esses objetos de conhecimento. O autor (2018) acrescenta ainda que, os propositores deveriam ter apresentado uma relação dos conteúdos possíveis, próximos e adequados às expectativas da aprendizagem, visto que a BNCC é uma diretriz que direciona todos os currículos da Educação Básica do Brasil e, conseqüentemente, de suas licenciaturas. Com isso, aproximaria os conteúdos tanto da geografia escolar, como na perspectiva da formação de professores, melhor direcionando tais conteúdos.

A partir desta perspectiva, observa-se que a seleção de conhecimentos direcionados pela BNCC e a naturalização destes, realizada pelos professores, coloca os estudos sobre o relevo de maneira mínima nos currículos da Educação Básica, podendo ser dificultoso para que os alunos compreendam transformações que envolvem fatores e/ou elementos naturais ocorridas no espaço. Como coloca Ascensão e Valadão (2013), a naturalização de conhecimentos e do estudo isolado dos componentes espaciais traz distanciamento dos contextos sociais dos alunos, deixando vazios de sentido social do ensino da Geografia na escola.

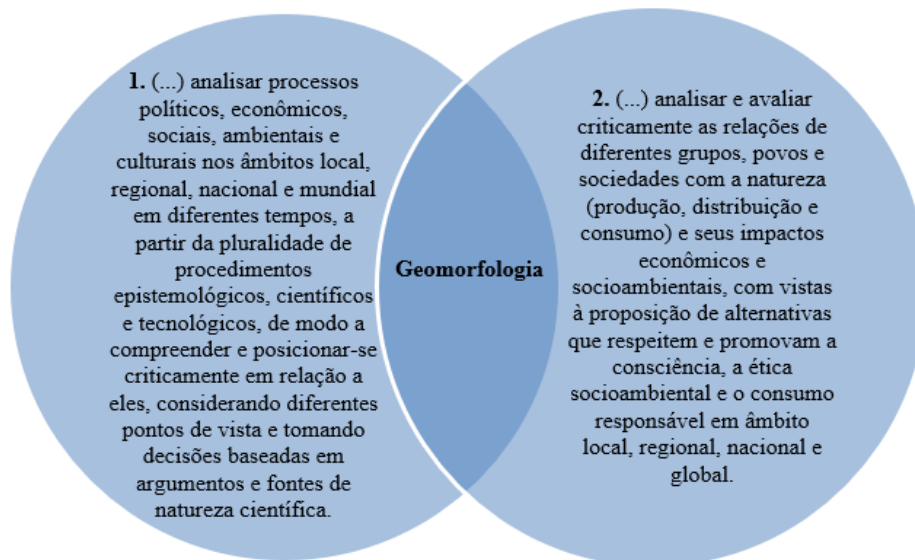
Um exemplo disso são assuntos relacionados aos impactos ambientais, pois, para se compreender sobre essa problemática, é necessário que se aprenda como se comporta e a importância de cada elemento natural no ambiente, estando incluso nesse *rol* os aspectos do relevo. Dessa forma, como os alunos compreenderão os elementos físicos, se conteúdos que estão sendo postos são minimamente apresentados nos currículos? Com isso, percebe-se na BNCC, que não há uma conexão entre as áreas de conhecimento com a Geografia, sendo necessário promover uma interdisciplinaridade com as demais áreas de ensino.

Corroborando com o que foi mencionado e apresentando a problemática da fragmentação e desarticulação de conteúdos, Guimarães (2018, p. 1044) salienta que,

Podemos conceber, assim, que o princípio da articulação curricular por áreas do conhecimento não se efetiva no documento. Se não foi possível expressar uma articulação potente entre as áreas, é difícil imaginar que isso possa reverberar em uma prática de maior flexibilidade entre as disciplinas na prática escolar, ou na defesa consistente de um trabalho interdisciplinar.

Já no Ensino Médio, de acordo com a BNCC, o estudo das formas de relevo está diretamente relacionado a duas competências específicas (Figura 1):

Figura 1 - Competências relacionadas ao estudo do relevo no Ensino médio



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022), a partir de BRASIL (2018, p. 570).

Diante dos trechos apresentados, percebendo como o estudo do relevo encontra-se imerso em meio aos demais conteúdos, é necessário ressaltar que para que o aluno se torne crítico e reflexivo no sentido da Educação Geográfica, é preciso que ele conheça o meio natural, bem como, possa aperfeiçoar a interpretação dos contextos espaciais e de seus elementos. Como exemplo disso, pode-se citar a utilização da categoria da paisagem como meio de análise em escala local dos modelados terrestres e de suas modificações. Assuntos relacionados às catástrofes naturais, por exemplo, podem ser melhor compreendidos se os estudos de elementos físicos e a atuação do homem sejam aprofundados ao longo dos anos finais do ensino fundamental.

Observa-se com isso que, o estudo das formas do relevo é colocado pela BNCC de forma diluída, podendo ser posto no currículo escolar de maneira superficial, em detrimento aos objetos do conhecimento relativos a questões da sociedade. Assim, torna-se um desafio para o professor, “estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história” (BRASIL, 2018, p. 366).

Com base no exposto, observa-se então a necessidade de se manter a conexão entre objetos do conhecimento postos para a Geografia na BNCC, dado seu objeto de estudo, relacionando os aspectos físicos com as questões sociais, buscando atingir a práxis da interdisciplinaridade entre diversos temas trabalhados. Essa demanda permite dizer que, essa Geografia deve se configurar na educação escolar de modo que, os alunos entendam o seu

sentido no seu cotidiano, a saber, o entendimento do relevo e da relação do homem para e com este, para a compreensão das paisagens.

AS NOVAS DEMANDAS DE CONFIGURAÇÃO DA GEOMORFOLOGIA ACADÊMICA FRENTE ÀS DEFINIÇÕES DA BNCC DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Compreendendo como os conteúdos geomorfológicos encontram-se dispostos na BNCC, faz necessário fazer pontuações sobre como eles refletem na formação de professores. No final de década de 1990, Callai (1998, p. 9) disse que, “o ensino de uma disciplina deve estar adequado ao seu tempo. Para a Geografia há dois novos desafios: o mundo globalizado e as novas perspectivas para analisá-lo no todo ou nas especificidades regionais e locais e as mudanças atuais na educação”. Apesar de se ter passado mais de 30 anos, esse pensamento continua sendo atual.

Neste sentido, orientado pelas concepções de Cavalcanti (2012) e Batista (2021, p. 8), ressalta que se faz relevante delimitar e provocar que a Geografia escolar não pode ser concebida como uma simplificação da Geografia acadêmica para a educação básica pois, ela possui características próprias que, embora não signifiquem uma cisão com a Geografia acadêmica, tampouco representam simples subordinação em relação a ela. Com a promulgação da BNCC, as escolas se põem no papel de efetuar a reformulação dos currículos escolares, trazendo para sua concepção, a essência fundamentada neste documento, com o desafio de renovar discursos geográficos no sentido de firmar a construção do pensamento espacial e do raciocínio geográfico, aliados aos conhecimentos geográficos empíricos.

Como resultado deste processo, alteram-se os currículos dos cursos de Licenciatura em Geografia em termos de disciplinas e em termos metodológicos de como selecionar e trabalhar os conteúdos. A respeito disso, Callai (2011) discorre que, formar professores exige que nos cursos de formação inicial se trabalhe conteúdos de maneira que os englobem os princípios didáticos e pedagógicos, dessa forma, ao experenciar as diversas maneiras de aprender Geografia, o graduando concebe bases para ensinar os conteúdos apreendidos.

A saber, na construção de conceitos, o processo requer aos seus alunos na educação básica, as “(...) condições para fazer a teorização, o que pode ser realizado através do confronto dos conceitos cotidianos e dos conceitos científicos, produzindo os processos de abstração de modo que ao fazer as generalizações ele tenha ferramentas intelectuais para aprender a Geografia” (CALLAI, 2018, p. 11).

A BNCC, por se tratar de um documento direcionador do currículo escolar, traz também em seu âmbito, a incumbência de nortear a formulação do currículo da formação de professores. Silva (2007) aponta que o currículo, muito além de ser o simplista guia ou referencial do processo educativo, exprime a ideia de um caminho mediado por objetivos previamente (ou não) estabelecidos. Conforme destaca Rocha (2000), é necessário atentar-se às mudanças constantes, e revisão dos conteúdos abordados nos currículos dos cursos, sendo necessários que estes, estejam atualizados, com alinhamento e em consonância com os seus documentos basilares.

Assim, com relação aos estudos da Geomorfologia, entende-se que esta demanda por uma abordagem geográfica para interpretação dos fenômenos que permita a compreensão do espaço em suas múltiplas dinâmicas e dimensões, não devendo se conjugar elementos distintos e, às vezes, até antagônicos na compreensão do espaço terrestre. (BERTOLINI; VALADÃO, 2009). Segundo Oliveira e Nunes (2009), ao longo da formação dos professores de Geografia, é importante que se construa paralelamente um arcabouço teórico apoiado em conceitos e categorias singulares ao conhecimento geográfico. As dimensões conceituais e operacionais devem ser apontadas para ampliar o debate científico e demonstrar coerência no plano da elaboração das ideias.

Com isso, a Geomorfologia assume dentro da Licenciatura em Geografia o fomento de trabalhar cada vez mais, de forma relacionada, dinâmica, atrativa e, condizente com questões da contemporaneidade, trazendo a necessidade de alterações na escala espacial e temporal de análise, indagando o lugar do relevo nas práticas pedagógicas em Geografia. Nessa perspectiva, considera-se então conforme diz Souza (2018) que, a depender da relação escala espacial e temporal de abordagem do fenômeno geomorfológico, as análises da paisagem podem fundamentar-se na perspectiva historicista, funcionalista, sistêmica e aplicada dos estudos geomorfológicos.

Desse modo, “[...] apesar das múltiplas tarefas que o professor deve realizar no seu contexto de trabalho, todas elas são centradas nos alunos. Esta deve ser a preocupação maior dos educadores, qual seja: pensar nos educandos” (MENEZES; KAERCHER, 2015, p. 52). A partir dessa afirmativa, entende-se ser necessário mais do que efetuar a revisão e atualização de referências bibliográficas dos componentes que envolvem o estudo do relevo, mas, especialmente, buscar a espacialidade como foco do ensino para contribuir na formação de professores mais adaptados à nova realidade. Além disso, é importante que exista nos cursos, a realização de atividades integradas a outros componentes curriculares, aulas colaborativas e

participativas que possam dessa forma, trabalhar conhecimentos e instigar a discussão com diferentes saberes.

É pertinente que na academia se efetive a interdisciplinaridade, desenvolvendo uma visão sistêmica do espaço geográfico e aproximando os conhecimentos à realidade, de modo que os conteúdos não sejam superficiais e generalizados. Oliveira e Nunes (2009) citam que ao longo da formação de professores de Geografia, é importante que se construa paralelamente um arcabouço teórico apoiado em conceitos e categorias singulares ao conhecimento geográfico. As dimensões conceituais e operacionais devem ser apontadas para ampliar o debate científico e demonstrar coerência no plano da elaboração das ideias.

Para que o professor de geografia da educação básica supere a separação naturalista, é necessário encaminhar o ensino das temáticas físicos-naturais a partir do conhecimento didático do conteúdo, relacionando os conhecimentos do conteúdo aos conhecimentos didáticos (MORAIS, 2013). Logo, de acordo com Ascensão e Valadão (2013), este profissional ao direcionar a transposição dos conhecimentos geomorfológicos ao contexto do cotidiano vivido do aluno, estará realizando um deslocamento quanto às escalas espacial e temporal, reverberando no deslocamento da ênfase dos estudos, nos conceitos e processos que subsidiarão a interpretação das espacialidades, permitindo então, a fluência da abordagem geográfica.

Hoje a BNCC demanda o estudo do relevo a partir das expectativas e necessidades locais e regionais do contexto escolar, sendo necessário, dessa forma, se trabalhar os conceitos e princípios geográficos a partir de leituras dos diferentes cotidianos vividos pelos alunos, com uso de práticas e interconexões dos saberes. Essa jornada não garante a efetivação do trabalho do professor no processo de aprendizagem escolar, mas coloca na centralidade da discussão acadêmica, as eminentes demandas escolares, onde o estudo dos relevos se depara com fundamentos teórico-metodológicos de base socioconstrutivistas, considerando a relação sociedade-natureza como formadora da totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela atualização do currículo escolar como forma de fazer uma conexão sobre o que é ensinado e o que é aprendido deve ser levado em consideração por cada curso de licenciatura. A BNCC como documento norteador, propõe à Educação Básica, um modo interdisciplinar e multidisciplinar de abordagem dos conteúdos programáticos de cada série escolar, considerando objetos do conhecimento a fim de proporcionar competências e habilidades formativas.

Na Geografia escolar, com relação ao estudo do relevo, apesar de pouco abordado em termos conceituais e enquanto elemento da natureza, é possível verificar sua incorporação em algumas temáticas ao longo das séries escolares. Partindo desta constatação, indica-se que trabalhar a Geomorfologia na Geografia acadêmica, requer refletir inicialmente nos currículos escolares e a partir disso, pensar na abordagem dos seus conteúdos e de suas práticas pedagógicas, uma vez que, a orientação curricular da BNCC pode produzir um esvaziamento de muitos temas ligados à Geografia na escola.

Nesse quesito, coloca-se então ao professor de geografia do ensino básico, a incumbência de entre outros, selecionar os conteúdos e fazer o uso de didáticas que possibilitem a associação e o entendimento do relevo como parte do ambiente, observando as escalas de análise e seus enfoques. A mudança de paradigma da perspectiva naturalizada do estudo dos elementos, fatores e fenômenos físico-naturais, deve ser resultado de alterações na cultura escolar e na formação de professores. E, no que se refere à formação de professores e sua relação com a BNCC, diante das compulsórias mudanças e demandas curriculares, compreende-se que é necessário que os cursos de licenciatura se familiarizem com as normas e atribuições postas pelo documento, já que o mesmo traz a concepção de integração de conhecimentos e objetivos para além das disciplinares escolares.

Nesse entendimento, mesmo sendo delicado, aponta-se como importante então, revisar conteúdos dos diferentes objetos do conhecimento apresentados na BNCC, como também, conceitos estruturantes importantes na construção do raciocínio geográfico. É relevante se perguntar o que ensinar? Para quem e por quê? Pois, pensar o ensino, seja diretamente sobre o relevo ou não, atende a considerar as competências e habilidades necessárias à formação cidadã, deslumbrando a ampliação de diálogos sobre a aplicabilidade dos conhecimentos geomorfológicos à compreensão da totalidade espacial, e conseqüentemente, da construção da visão crítica do seu mundo real enquanto agente social consciente.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. *et. al.* **Geomorfologia Geral**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

ASCENÇÃO, V. O. R.; VALADÃO, R. C. A abordagem do conteúdo relevo na educação básica. *In: CAVALCANTI, L. de S. (org.). Temas da geografia na Escola Básica*. Campinas: Papyrus, 2013. p. 45-64.

ASCENÇÃO, V. O. R.; VALADÃO, R. C. Por uma Geomorfologia socialmente significativa na Geografia escolar: uma contribuição a partir de conceitos fundantes. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial, p. 179-195, 2017.

BATISTA, E. B. Geografia escolar, Educação geográfica, Autonomia docente e questão conceitual: tecendo ligações. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 11, n. 21, p. 05-27, 2021.

BERTOLINI, W. Z.; VALADÃO, R. C. A abordagem do relevo pela geografia: uma análise a partir dos livros didáticos. **Terrae Didática**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 27-41, 2009.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018.

CABRAL; A. G. A.; PEREIRA, R. A. Ensino de geomorfologia e livro didático: uma contribuição ao estudo do meio em ambiente semiárido. **Revista Acadêmico-científica Scire**, Sergipe, v. 11, n. 3, p. 1-18, 2016.

CALLAI, H. C. **Parecer crítico sobre a Geografia na Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/Parecer_9_GE_Helena_Copetti_Callai.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.

CALLAI, H. C. Educação geográfica para a formação cidadã. **Revista de Geografia Norte Grande**, Santiago, n. 70, p. 9-30, 2018.

CALLAI, H. C. O conhecimento geográfico e a formação do professor de Geografia. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, Número Especial EGAL, p. 1-20, 2011.

CALLAI, H. C. O ensino da Geografia e a nova realidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 24, p. 67-72, 1998.

CASSETI, V. O relevo no contexto ideológico da natureza: uma nota. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 103-115, 1994.

CAVALCANTI, L. de S. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas: Papyrus, 2012.

CUNHA, L. F. F. A Geografia escolar e as temáticas físico-naturais na BNCC: desafios à prática docente e à formação de professores. **Itinerarius Reflectionis**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 01-18, 2018.

FLORENZANO, T. G. **Geomorfologia conceitos e tecnologias atuais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

GUIMARÃES, I. V. Ensinar e aprender Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, v. 25, n. esp., p. 1036-1055, 2018.

MENEZES, V. S.; KAERCHER, N. A. A formação docente em Geografia: por uma mudança de paradigma científico. **Giramundo**, v. 2, n. 4, p. 47-59, 2015.

MORAIS, E. M. B. de. As temáticas físico-naturais como conteúdo de ensino da geografia escolar. In: CAVALCANTI, L. de S. (org.) **Temas da geografia na Escola Básica**. Campinas: Papirus, 2013. p. 13-44.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro 2: as matrizes da renovação**. São Paulo: Contexto, 2009.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

OLIVEIRA, A. O. S. A.; NUNES, J. O. R. Contextos e significados do relevo para o ensino de Geomorfologia. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 127-147, 2009.

OLIVEIRA, A. O. S. A.; NUNES, J. O. R. O ensino de Geomorfologia nos cursos de Geografia nas Universidades públicas do Estado de São Paulo. **Revista Geográfica de América Central**, num. esp., p. 1-12, 2011.

PEDROSA, A. de S. A Geomorfologia perante a ciência geográfica: algumas reflexões. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 26, v. 3, p. 409-417, 2014.

ROCHA, G. O. R. Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p.129-144, 2000.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOUZA, C. J. O. Ensino de Geomorfologia: desafios na formação inicial. **Revista de Geografia**, Recife, v. 35, n. 4, p. 288-308, 2018.

SOUZA, C. J. O. S.; VALADÃO, R. C. Habilidades e competências no raciocínio e na prática da Geomorfologia: proposta para a formação em Geografia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 93-108, 2015.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Geografia Física e Geomorfologia: uma releitura**. Porto Alegre: Compasso Lugar Cultura, 2018.